

ACESSO À EDUCAÇÃO E OS SENTIDOS PARA A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NA ZONA RURAL DE ITABAIANINHA (SE) EM MEADOS DO SÉCULO XX

MOISÉS LEAL MORAIS¹ 

RESUMO: Este artigo objetiva: a) examinar os sentidos que a escolarização assumia no Povoado de Poxica, município de Itabaianinha (SE) em meados do século XX; b) analisar práticas da cultura escolar nesse contexto; c) refletir o uso e a permanência da linguagem oral como algo central na transmissão de saberes fundamentais para a vida e para o trabalho nessa localidade. Com esse propósito, foram pesquisadas fontes bibliográficas e estudos censitários e foram coletados relatos de memória de uma ex-estudante e de um ex-estudante da Escola Rural de Poxica, a saber, Maria Olindina Cardoso Santana, minha tia, e Raimundo Morais Cardoso, meu pai. Ambos fizeram parte da primeira turma dessa escola que foi inaugurada em 1951, contexto histórico em que estava sendo desenvolvida, no estado de Sergipe, uma política de expansão do ensino primário rural nos municípios do interior. Itabaianinha se tornou um destes municípios ao receber a instalação de uma escola no povoado de Poxica. Longe de querer alçar a trajetória familiar à condição de exemplaridade, o resultado presente neste artigo reflete a busca de entender a sua historicidade, identificando quais vinculações são estabelecidas com a totalidade. Isso significa a tentativa de verificar como experiências individuais e coletivas de um grupo familiar são alcançadas por processos e eventos históricos, mesmo que estes tenham sido animados em diferentes instâncias da espacialidade (regional, nacional, internacional) e do tempo (passado e presente).

Palavras-chave: Acesso à educação, Educação rural, História da educação, Oralidade, Poxica.

1 - Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano/Campus Catu) e membro do Grupo de Pesquisa Laboratório Escola. E-mail: moises.morais@ifbaiano.edu.br.

Access to education and the meanings of primary schooling in the rural area of Itabaianinha (SE) in between century XX

ABSTRACT

This article aims to: a) examine the meanings that schooling assumed in Povoado de Poxica, municipality of Itabaianinha (SE) in the mid-twentieth century; b) analyze practices of school culture in this context; c) reflect on the use and permanence of oral language as something central in the transmission of fundamental knowledge for life and work in this locality. For this purpose, bibliographic sources and census studies were mobilized to situate this process historically. Memory reports were also collected from two former students of the Escola Rural de Poxica, namely Maria Olindina Cardoso Santana, my aunt, and Raimundo Morais Cardoso, my father. Both were part of the first class of this school, which opened in 1951, historical context on a policy was developed in the state of Sergipe to expand rural primary education in municipalities in the interior. Itabaianinha became one of these when receiving the installation of a school in the village of Poxica. Far from wanting to raise the family trajectory to the condition of exemplarity, the result present in this article reflects the search to understand its historicity, discovering which links are established with the totality. This means the attempt to verify how individual and collective experiences of a family group influence and are influenced by historical processes and events, even if these have been animated in different instances of spatiality (regional, national, international) and time (past and present).

Keywords

Access to education, Rural education, History of education, Orality, Poxica

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo: a) examinar los significados que asumió la escolarización en Povoado de Poxica, município de Itabaianinha (SE) a mediados del siglo XX; b) analizar prácticas de la cultura escolar en este contexto; c) reflexionar sobre el uso y permanencia de la lengua oral como algo central en la transmisión de conocimientos fundamentales para la vida y el trabajo en esta localidad. Con este objetivo, fueron movilizadas fuentes bibliográficas y estudios censales para ubicar históricamente ese proceso. También fueron colectados relatos de memoria de unos ex estudiantes de la Escuela Rural de Poxica, a saber, Maria Olindina Cardoso Santana, mi tía, y Raimundo Morais Cardoso, mi padre. Ambos hicieron parte del primer grupo de esta escuela que fue inaugurada en 1951, contexto histórico en el que fue desarrollada, en el estado de Sergipe, una política de expansión de la enseñanza primaria rural en municipio del interior. Itabaianinha se tornó un de estos al recibir la instalación de una escuela en el poblado de Poxica. Lejos de querer alzar la trayectoria familiar a la condición de ejemplaridad, el resultado presente en ese artículo refleja la busca de entender su historicidad, descubriendo cuales vinculaciones son establecidas con la totalidad. Esto significa la tentativa de verificar como experiencias individuales y colectivas de un grupo familiar influyen y son influenciadas por procesos y eventos históricos, mismo que estos tengan sido animados en diferentes instancias de espacialidad (regional, nacional, internacional) y del tiempo (pasado y presente).

Palabras-clave: Acceso a la educación, Educación rural, Historia de la educación, Oralidad, Poxica.

Introdução

Itabaianinha é um município situado no sul de Sergipe, distante cerca de 120 km de Aracaju, capital desse estado. O seu atual território foi habitado por indígenas antes da intensificação do seu povoamento, no século XVIII, a partir do desenvolvimento de uma rota comercial utilizada por negociantes vindos do município de Itabaiana, que a nomearam como uma extensão do lugar que tinham origem, acrescentando um sufixo diminutivo. Atribui-se, portanto, a essa questão a origem da denominação Itabaianinha (IBGE, 1959).

São escassas as informações sobre a presença indígena no lugar que, posteriormente, passou a ser chamado Itabaianinha. Mas é necessário salientar que nomear um território é uma iniciativa associada à tentativa de exercer controle sobre ele. Dar nome às coisas e aos lugares é um exercício de poder (GRAÇA FILHO, 2009). É importante acrescentar que prática semelhante ocorreu no vizinho município de Tomar do Geru (ex-distrito de Itabaianinha), onde missionários jesuítas, oriundos da cidade de Tomar, em Portugal, imprimiram o nome do seu lugar de origem, também, para onde já havia um assentamento indígena (DANTAS, 1982).

Ao alcançar a metade do século XX, Itabaianinha caracterizava-se por possuir a maior parte de sua população vivendo no espaço rural. Do total estimado em 24.927 habitantes, 21.968 moravam no campo, distribuindo-se 13.814 no distrito de Itabaianinha e 8.154 no distrito de Geru. Na área urbana, havia uma população estimada em apenas 2.959 habitantes (IBGE, 1956). Essa característica demográfica resultava de uma conjuntura em que a agricultura desempenhava a condição de principal atividade econômica no município, sendo praticada, principalmente, em propriedades que realizavam o cultivo da lavoura em pequena escala. Segundo o censo agrícola de 1950, dos 1.400 estabelecimentos produtivos, predominava em

1.304 destes o trabalho braçal, sendo raro o uso de máquinas para limpar a terra, o plantio ou a colheita (IBGE, 1956). Nessa condição, Itabaianinha, em 1956, contabilizou a produção de 11.200 toneladas de mandioca, 700 toneladas de cana de açúcar, 10.000 sacas de milho e 1.600 sacas de feijão (IBGE, 1959).

No Brasil, reconhece-se que foi na década de 1940 que se ampliou o processo de urbanização. Em compasso, intensificava-se a industrialização nas cidades. No entanto, é fundamental não tomarmos o processo de urbanização como algo que se desenvolveu da mesma forma em todos os lugares. Pelo contrário, é importante atentar para as variações que emergiram em todo o país, identificando as especificidades na dinâmica de cada município. Adotar esse procedimento não significa abordar casos, como o de Itabaianinha, em que não se verificou a expansão da urbanização e da industrialização nessa época, como alheios às transformações que estavam em curso em outras regiões do Brasil. Essa atenção é necessária para não cometer o equívoco de considerar lugares em que a maior parte da sua população residia no campo como se fossem ilhas apartadas do desenvolvimento urbano e industrial que se desdobrava no país na transição da primeira para a segunda metade do século passado. Nesse sentido, Milton Santos (2008, p. 31) considera que:

Desde que o Brasil teve o seu território integrado e constituiu-se como um mercado único, e o que a primeira vista aparece como evolução divergente, é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território em um determinado momento da sua evolução.

Então, o fato da agricultura se constituir como principal atividade econômica em Itabaianinha e da maioria da sua população viver na zona rural, por volta da metade do século XX, não significa que esse município estava desarticulado da dinâmica urbana em curso no país. Havia uma divisão territorial do trabalho em escala nacional em que municípios concentravam determinadas funções, como o comércio, a indústria e a prestação de serviços, inibindo o desenvolvimento de algo similar no seu entorno, onde o campo assumia a condição de principal local de trabalho e moradia. Essa questão foi observada por Milton Santos (1958), na década de 1950, quando Aracaju e cidades baianas limítrofes ao estado de Sergipe constituíam-se como centros fornecedores de diversos produtos através de rodovias e da ferrovia que lhes conectavam com o interior sergipano, dificultando que funções urbanas, como a atividade comercial, fossem desenvolvidas nessas localidades.

Durante a década de 1950, estavam em funcionamento 19 escolas primárias em Itabaianinha (IBGE, 1959). Esse número foi alcançado na transição da década de 1940 para 1950, época em que foi desenvolvida uma política do governo estadual para a construção de mais de cem unidades escolares na zona rural sergipana (SILVA, 2016). Duas décadas antes, havia apenas cinco escolas em atividade, três públicas e duas particulares (BARRETTO, 1933). Todavia, o acréscimo no número de unidades escolares nesse intervalo de duas décadas convivia com o elevadíssimo índice de analfabetismo. De acordo com o censo demográfico

de 1950, entre a população identificada na faixa etária de 5 até 14 anos (7.077 pessoas), 6.092 indivíduos não sabiam ler e escrever, o equivalente a 86% desse grupo populacional.

Levando em consideração a faixa etária mais alargada de 5 anos e mais, estimada em 20.602 pessoas, 16.608 destas não sabiam ler e escrever, correspondendo a aproximadamente 80% desse contingente demográfico. Ao analisar os dados referentes a essa faixa etária, a partir da distribuição da população na cidade e no campo, constata-se que, na cidade de Itabaianinha, havia uma taxa de 44% de analfabetismo (905 pessoas), enquanto que no espaço rural do município se alcançava o patamar de 85% da população (18.542 pessoas) (IBGE, 1956).

A descrição desses dados demonstra como estava bastante limitado o acesso à educação escolar para a população de Itabaianinha, principalmente a que residia na zona rural. Cabe registrar que esse problema, apesar de eventuais variações, afligia todo o estado de Sergipe, assim como outras unidades da federação, de modo que foram formuladas propostas de políticas públicas para atenuar o elevado índice de analfabetismo existente. Diante disso, como passou a ser concebida a educação rural em seu conteúdo e forma nesse contexto? Vejamos a seguir.

A década de 1930 foi um marco importante no desenvolvimento de propostas para o processo de escolarização rural no Brasil. Foi nesse período que surgiu o chamado Ruralismo Pedagógico, formulação pedagógica que pretendia ser destinada à população trabalhadora do campo, assumindo como objetivo básico construir, através do acesso à educação, meios para mantê-la fixada no espaço rural. Assim, partia dos defensores do Ruralismo Pedagógico a reivindicação de que fosse elaborado um currículo escolar em que houvesse a previsão de ensinamentos relacionados às atividades agropecuárias e a outras praticadas no cotidiano camponês (BEZERRA NETO, 2016).

As proposições apresentadas pelo Ruralismo Pedagógico surgiram em um contexto de desagregação do campo brasileiro, após a Crise de 1929, que atingiu, principalmente, as exportações de produtos agrícolas. Em compasso, havia uma expansão urbana e industrial no país. Além de buscar dar respostas a essas contingências, na perspectiva dos pedagogos ruralistas, manter a população fixada na zona rural seria algo indispensável para atender a um dos ideários nacionalistas vigentes na época, o qual enxergava o campo como o lócus privilegiado da presença de valores e tradições que supostamente forjaram a identidade nacional brasileira (BEZERRA NETO, 2016).

Muito embora seja objeto deste artigo a reflexão sobre o processo de escolarização na década de 1950, reportar-se ao Ruralismo Pedagógico se faz necessário, pois, após duas décadas, essa formulação pedagógica fundamentou ideologicamente a política de expansão da educação primária rural, em Sergipe. Isso pode ser constatado no conteúdo de uma mensagem oficial de José Rollemberg Leite, então governador do estado, quando exortava que:

É nas escolas que se preparam as inteligências e as energias cívicas dos povos. Com as

construções das Escolas Rurais, que se acham como marcos da mentalidade ruralista de um povo, condição necessária às possibilidades do desenvolvimento industrial do país, lançou-se um passo em nosso Estado. Pois, desde os bancos escolares, a criança vai se habituando com o trato da terra, amando-a na generosidade dos seus frutos e procurando corrigi-la quando menos ubertosa. (SERGIPE, 1949, p. XII *apud* SILVA, 2016, p. 89)

A partir da análise dessa mensagem oficial do governo sergipano, podemos identificar o sentido que era atribuído ao processo de escolarização naquele momento. Fica patente a reedição de fundamentos do chamado Ruralismo Pedagógico, uma vez que se endossava a importância de associar a formação escolar das crianças ao objetivo de manter na zona rural a força de trabalho destinada para a produção agrícola. Com isso, buscavam-se construir medidas que pudessem evitar o deslocamento de parcelas da população rural para o espaço urbano.

Porém, cabe situar em um contexto mais amplo a iniciativa de ampliação do número de escolas rurais, na década de 1950, em Sergipe. Tal iniciativa não correspondeu a algo isolado. Ao contrário, estabeleceu relação com processos em curso em espacialidades mais amplas – nacional e internacional. No plano nacional, havia uma disposição do Governo Federal em desenvolver ações para reduzir o alto índice de analfabetismo. Esse aspecto era reconhecido como um impasse para o desenvolvimento econômico do país, por essa razão a ampliação da rede escolar em todo território se inseria como uma ação que visava superar essa problemática. Diante desse quadro, foi conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), entre 1947 e 1951, um plano de construção de escolas primárias e centros de formação docente, na perspectiva ideológica do Ruralismo Pedagógico, para atender à demanda reprimida por escolarização no campo brasileiro. A materialização desse plano previa a injeção de recursos financeiros em parceria com governos estaduais, tal como ocorreu em Sergipe (SANTOS, 2016).

No plano internacional, se vivenciava uma aproximação do governo brasileiro junto aos Estados Unidos em uma conjuntura marcada pela chamada Guerra Fria,* viabilizando o assessoramento de prepostos de instituições estadunidenses, como Robert King Hall, pesquisador especialista em educação comparada, e professor do King's College, da Universidade de Columbia, que, enviado como colaborador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), esteve no estado de Sergipe fornecendo consultoria para o plano de expansão de educação primária na zona rural (CUNHA, 2015; SILVA, 2016).

* A Guerra Fria consistiu em tensões promovidas pela rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética. Essas tensões foram iniciadas logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o governo estadunidense implementou uma política externa que visava conter uma suposta conspiração comunista mundial. Foi nesse contexto que a aproximação dos EUA se deu com o Brasil, como forma de anular uma eventual influência soviética (HOBSBAWN, 2012).

Esse foi o contexto sócio-histórico em que se situou um aumento inédito no número de escolas rurais em Sergipe. No entanto, é importante registrar que, apesar dessa mudança de ordem quantitativa, um balanço sobre esse processo permite conferir que havia um vácuo enorme entre o que era manifestado nos

discursos oficiais e a realidade concreta da sala de aula. Era comum a existência de escolas sem infraestrutura básica, com relação ao mobiliário e ao material didático. Percebia-se também a ausência de docentes com formação geral ou com capacitação específica para atuação voltada às demandas pedagógicas de escolas rurais. As ações realizadas para superar esse problema não conseguiram se consolidar, como foi o caso da criação da Escola Normal Rural de Itabaiana, inaugurada com a finalidade de realizar formação docente voltada para o ensino no campo (COSTA, 2016; SANTOS, 2016; SILVA, 2016).

Em suma, fracassou o projeto de efetivar, em Sergipe, na transição da década de 1940 para a de 1950, a escola como instância redentora do campo. Havia uma imensa contradição entre o que se postulava nos discursos políticos e o chão da escola. A busca de superar os inúmeros problemas sociais e econômicos que afligia a população rural sergipana, através da possibilidade de acesso à formação escolar, restringiu-se muito mais à retórica política, possível de ser capitalizada para fins eleitorais, mas incapaz de sanear os problemas estruturais existente na época. O caso da Escola Rural de Poxica, em Itabaianinha, é representativo disso.

Metodologia

Com o intuito de compreender como se evidenciaram questões relacionadas ao processo de escolarização na zona rural de Itabaianinha (SE), foram perscrutadas fontes bibliográficas relacionadas à educação rural no Brasil e no estado de Sergipe durante o período estudado, assim como as práticas pedagógicas e sociais presentes no contexto histórico em que se situa a análise. Associada a essa modalidade de fonte de pesquisa, também foram analisados documentos históricos, como censos, relatórios governamentais e relatos de memória para fundamentar uma abordagem qualitativa, a qual possibilita inferir sobre o objeto de discussão, considerando as complexidades que nele emergem (GROULX, 2014).

Com relação aos relatos de memória, estes foram coletados a partir da metodologia História Oral, a qual tem se evidenciado como uma importante ferramenta para revelar a perspectiva de grupos sociais subalternizados cuja a história escrita a seu respeito possui falhas e distorções (PORTELLI, 1997). Porém, esse tipo de fonte de pesquisa possui algumas especificidades, pois deriva da memória e se constitui, segundo Pollak (1992, p. 2), “[...] como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”.

Para este estudo, foram entrevistados uma ex-estudante e um ex-estudante da Escola Rural de Poxica, a saber, Maria Olindina Cardoso Santana, minha tia, e Raimundo Morais Cardoso, meu pai, estudantes que ingressaram em 1951 nessa Escola. Até o momento, foram apenas localizados esses remanescentes para a realização de entrevistas, em uma aproximação que foi facilitada por se tratarem de entes familiares do autor deste artigo.

A lida com as fontes orais prevê algumas etapas, como a gravação (coleta dos dados orais), a transcrição e, posteriormente, a análise. Nesse processo, constructos auditivos se transformam em registro escrito a ser interpretado. Por isso, é fundamental acuidade no processo de transcrição para se alcançar fidedignidade no conteúdo a ser analisado e que, comumente, exibe a potencialidade de evidenciar sobre dimensões inexploradas da vida social, uma vez que os testemunhos orais, de acordo com Alessandro Portelli (1997, p. 31) “[...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez [...]”.

Resultados e Discussão

Era o ano de 1951 quando o povoado de Poxica*, em Itabaianinha, recebeu a sua primeira escola pública. Poxica, portanto, estava sendo alcançada pela política pública de construção de escolas rurais realizada pelo governo sergipano entre 1947 e 1951 (SILVA, 2016), o que trazia como novidade para o lugar a chance de os filhos e as filhas de pequenos proprietários rurais se escolarizarem sem ter a obrigação de desembolsar alguns cruzeiros para remunerar uma professora

* O povoado de Poxica recebeu essa denominação devido à presença de uma venda, cuja proprietária se chamava Xica e que funcionava como ponto de encontro para moradores de localidades no seu entorno, principalmente aos sábados, quando estavam retornando da feira da cidade de Itabaianinha (HISTÓRIA do Povoado de Poxica, s.n.t.).

leiga, como a professora Menininha, na Fazenda Jacaré, e Edite Morais, no Riacho da Areia, povoados situados na zona rural de Itabaianinha e que ficavam próximos a Poxica. Nessas iniciativas de ensino particular, a principal meta era alfabetizar as crianças. Para isso se fazia uso do “ABC” e da “Cartilha” como recurso didático (Raimundo Cardoso, 2018; Maria Santana, 2018). Algo similar ocorria ao longo do centro-sul sergipano, nas bancas escolares das professoras Maria Eurides da Silva, em Itabaianinha; Janice, em Arauá; e Lindinalva Santana, em Tomar do Geru (SANTOS, 2016).

Edite Morais, em Riacho da Areia, além de instruir no processo de alfabetização às suas filhas e a seu filho, também ensinava crianças que moravam nos arredores, como os povoados de Campestre e Pau D’onça, também localizados na zona rural de Itabaianinha. Outras crianças vinham de localidades mais distantes, como é lembrado por Maria Santana: “Era uma coisa, assim, deles andarem muito. Eles iam, assim, uma semana, outra não, porque tinha que ir e passar o dia. Passavam o dia lá, eles iam com a mochilinha de farofa. Era umas quatro [crianças]. Depois chegou duas meninas [...]” (Maria Santana, 2018). Sobre o método de alfabetização que Edite Morais utilizava, Maria Santana recorda que:

Minha mãe me ensinava muita coisa boa [...], ela me ensinava, assim, as primeiras letras, [que] começa com a letra A. Ela fazia aquelas letras, quando acabava pegava minha mão pra eu cobrir. Depois eu já ia cobrindo sozinha, depois eu fui fazendo a letra certa. Aí ela comprou um ABC e a gente começou a estudar no ABC. Depois do ABC teve uma cartilha. (Maria

Santana, 2018)

Raimundo Cardoso também teve o aprendizado de leitura e escrita iniciado com a sua mãe, Edite Morais. Mas, pouco antes da inauguração da Escola Rural de Poxica, em 1951, ele deu prosseguimento aos estudos com professora Menininha, que havia, junto com seus pais, migrado de Ilhéus, na Bahia, para a Fazenda Jacaré na zona rural de Itabaianinha. Raimundo Cardoso, além de recordar da prática de rezar o Pai Nosso e cantar o Hino Nacional, registra que “Dona Menininha não era formada, mas era uma moça preparada. Ela ensinou a ler a [letra] manuscrita, ela tinha a manuscrita do livro antigo, tem todo o tipo de caligrafia, tinha até as do médico [...]” (Raimundo Cardoso, 2018).

A partir desses depoimentos, fica indicada a prática do método sintético para o ensino da língua escrita. Ambos fazem referência à centralidade do estudo da letra e do alfabeto no processo de aprendizagem, enquanto partes isoladas do texto, apoiando-se, às vezes, nas lições presentes em cartilhas, com o objetivo de consolidar a memorização da grafia e do som das vogais e das consoantes que compõe o alfabeto (VIEIRA, 2017). A presença dessa técnica de ensino na zona rural de Itabaianinha, no final da década de 1940 e início da década de 1950, corresponde à sobrevivência de um método tradicional de alfabetizar e se deveu, certamente, ao emprego, por parte das professoras Menininha e Edite Morais, de um modo semelhante ao que elas conheceram, décadas atrás, quando aprenderam a ler e escrever.

Desse modo, diante da ausência de uma política pública de acesso à educação, havia a oferta do ensino primário a partir da iniciativa particular. O espaço escolar era a própria casa das professoras, tal como se verifica nos exemplos mencionados anteriormente. Uma alternativa para essa condição foi prometida pelo governo sergipano, a partir da ampliação da rede escolar no campo. Eram previstas inovações pedagógicas com o “[...] aparelhamento das escolas [...]” e “[...] melhoria na formação de pessoal docente [...]” (SERGIPE, 1948, p. VII *apud* SANTOS, 2016, p. 56). Porém, essa expectativa nem sempre se confirmou no interior do estado. A Escola Rural de Poxica é um exemplo representativo desse processo.

Quando a Escola Rural da Poxica iniciou suas atividades, em 1951, a paisagem no seu entorno era bem diferente da atual. Não havia o adensamento residencial, em suas imediações, que se verifica atualmente. “Tinha casa bem longe, era rodeado só de mato e era cercado com cerca de arame farpado. Não tinha muro não [...]” rememorou Raimundo Cardoso (2018). Essa paisagem onde a presença de casas era rarefeita também é descrita por Raimundo Cardoso quando relembra o percurso que fazia entre a sua casa em Riacho da Areia, próximo a Fazenda Pau D’Onça, até chegar à Escola Rural da Poxica:

[...] Era um caminho de roça. Passava na frente da casa de José Codó, [que] era vaqueiro, passava na frente da casa de Aurelina, aí caminhava um pouquinho, tinha um corredor que saía na rodagem. Esse corredor era a fazenda de seu Anastácio de um lado e a de seu Salu do outro. Então, tinha aquele corredor, a gente saía lá na rodagem, já perto da Poxica [...]. Aí subia aquela ladeirinha, estava no prédio. (Raimundo Cardoso, 2018)

Maria Santana, também, recorda desse percurso que fazia, ao lado do seu irmão, Raimundo Cardoso, para ir às aulas em Poxica: “[...] a gente passava por dentro de uma fazenda, passando por debaixo de cerca de arame, animal solto do outro lado, tinha que atravessar perto daqueles bois e eu morria de medo deles virem pra cá [...]” (Maria Santana, 2018).

A estrutura física da Escola em Poxica era modesta. Consistia em dois cômodos apenas. Um era destinado para a sala de aula e o outro funcionava como residência da professora. Essa formatação arquitetônica corresponde a uma permanência de diretrizes do Ruralismo Pedagógico, que recomendava a edificação de moradia para docentes de escolas rurais em anexo aos prédios escolares. O objetivo dessa medida era manter professoras e professores no campo, de modo que o ambiente de trabalho deveria se tornar também o local de domicílio, para que fosse assegurada, segundo a perspectiva apresentada pelo Ruralismo Pedagógico, a dedicação plena do professorado ao ofício de educar (BEZZERRA NETO, 2016).

A professora Luzinete, oriunda do município sergipano de Riachão do Dantas, foi a primeira a lecionar na Escola Rural de Poxica, passando a residir nas dependências dessa Escola ao lado do seu esposo (HISTÓRIA do povoado de Poxica, s.n.t.). Ela é lembrada com saudades e representada como uma pessoa afável: “[...] eu me sentia bem, porque a professora era boa, tratava bem da gente, nunca ela fez coisa que fosse uma judiação. Queria eu hoje ainda ver ela para dar um abraço [...]”, recorda Raimundo Cardoso, que também afirma sobre o respeito de todos(as) estudantes pela professora Luzinete, considerando-a “[...] mais do que a mãe, [...] nossa mãe já dizia como era o nosso procedimento, porque a educação melhor leva de casa para não atrapalhar o professor [...]” (Raimundo Cardoso, 2018).

Assim, fica indicado também que, nesse contexto, em seu exercício de docência, a professora Luzinete desfrutava de uma condição de respeitabilidade que era socialmente construída e compartilhada no lugar, condição esta que tomava a figura materna como referência de autoridade feminina. Revestida dessa autoridade, professora Luzinete administrava a disciplina na sala de aula, prevendo que estudantes se reportassem para ela quando necessitasse sair da cadeira. Por exemplo, quando era preciso tomar água “[...] tinha que pedir autorização [à professora]. E aí, ela ia com a gente e a gente bebia água [...]” (Maria Santana, 2018).

Um disciplinado ritual diário também era mantido antes de iniciar as aulas: “[...] quando a gente chegava [...] fazia a fila e rezava [...] chega, reza, depois vai pra sala [...]” (Maria Santana, 2018). Sobre essa prática, Raimundo Cardoso acrescenta:

Quando chegava pra iniciar a aula, rezava o Pai Nosso e cantava o hino nacional, já fazia isso, todo mundo de pé. E quando chegava uma pessoa que tinha uma autoridade, até mesmo uma professora, um professor, nós ficávamos tudo em pé, só sentava quando a pessoa se retirava. (Raimundo Cardoso, 2018)

O respeito a uma expressão da nacionalidade, como o hino nacional, era cultivado no espaço escolar. Essa prática, certamente, estava relacionada à observância ao decreto estadual que orientava o uso de

símbolos nacionais nas atividades pedagógicas da escola. Era um decreto relativamente recente, emitido em 1945 (SANTOS, 2016). Mas, no que tange à rotina de rezar o Pai Nosso, provavelmente, corresponde à sobrevivência de uma prática mais remota que a professora Luzinete reproduzia a partir do que pode ter assimilado no período em que fez a sua formação escolar.

Lamentavelmente, não é possível localizar mais informações sobre a professora Luzinete, principalmente que nos dê pistas sobre a sua trajetória anterior à chegada ao povoado de Poxica, no início da década de 1950, para atuar como professora e fixar residência. Como foi a sua formação para lecionar em uma escola rural? Como se deu a sua admissão para exercer a função pública de professora? Quais eram as suas expectativas e percepções do que era educar crianças, filhos e filhas de lavradores? São perguntas para as quais, por enquanto, ficaremos sem resposta. O que nos resta nesse momento é recompor parcialmente esse quadro através dos indícios fornecidos pelos relatos de memória de estudantes da primeira turma da Escola Rural de Poxica.

Como abordado anteriormente, foi o Ruralismo Pedagógico que fundamentou a concepção de educação associada à política de expansão da educação primária rural, em Sergipe, entre 1947 e 1951. Desse modo, arvorava-se modernizar o ensino rural, desenvolvendo um currículo que estabelecesse sintonia com as necessidades de quem sobrevivia a partir do trabalho na lavoura, implicando a introdução do ensino de técnicas inovadoras para a atividade agrícola. Todavia, na Escola Rural de Poxica, ao menos nos primeiros anos do seu funcionamento, não eram ministrados saberes relacionados à prática da agricultura. Esses saberes permaneciam sendo transmitidos através da oralidade no espaço familiar e assimilados empiricamente no dia a dia. O menino acompanhava o pai nos afazeres da roça, aprendendo a realizar o pastoreio, a ordenhar os animais, a extrair mel de abelha na mata, assim como coletar madeira para fazer cerca. Raimundo Cardoso relembra sobre ocasiões como essas em que acompanhava o seu pai:

Quando ele ia buscar [mel], eu ia mais ele. Quando chegava lá, ele pegava um bolinho de folha, tapava a boca do cortiço e aí trazia. Elas [as abelhas] ficavam numa zoada lá dentro, como quem tá conversando, uma zoada! Aí meu pai dizia assim: Olha Raimundo, elas estão rezando pra dormir (risos). Eu aprendi a plantar mandioca, milho, feijão, melancia. E aprendi a fazer todo tipo de cerca que se usava naquele tempo de madeira: cerca pé de galinha, cerca de rama, cerca de cama [...] e cerca de arame farpado. (Raimundo Cardoso, 2018)

Se a lida com o trabalho no campo era ensinada aos meninos, principalmente através do pai, destinava-se para as meninas ensinamentos relacionados aos cuidados com o lar. Esses ensinamentos eram guiados pela mãe. Havia uma diferença de papéis para meninos e meninas, como lembrou Maria Santana “[...] os filhos eram pra trabalhar [na roça] e as mulheres pra ser dona de casa. Era isso o ideal.”. Sobre essa questão, Maria Santana rememorou, também, que além da instrução das primeiras letras, a sua mãe lhe “[...] ensinava a ser dona de casa [...] tudo que ela fazia, mandava eu olhar [...]” (Maria Santana, 2018).

Desse modo, é possível notar que havia expectativas diferentes para os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Assim, para as meninas eram apresentados saberes relacionados

aos cuidados domésticos, enquanto aos meninos se ensinava os conhecimentos exigidos em trabalhos realizados no ambiente externo ao lar, que exigiam, por exemplo, o trato com a criação de animais ou o cultivo da lavoura. A transmissão do conhecimento sobre o trabalho agrícola permanecia separado da escola. As novas gerações de lavradores se apropriavam desse conhecimento independentemente da existência de instituições oficiais de ensino. Cabe lembrar que esse conhecimento era algo fundamental para a sobrevivência, uma vez que a agricultura era a principal atividade econômica em Itabaianinha no período aqui focado.

Então, é possível identificar que na Escola Rural de Poxica houve a permanência de uma pedagogia tradicional, tendo como centralidade na instrução escolar o ensino da leitura, da escrita e do cálculo. Os indícios nos levam a crer que, semelhante às professoras leigas, a metodologia de ensino aplicada pela professora Luzinete nessa escola reproduzia técnicas que, provavelmente, foram assimiladas no período em que ela foi alfabetizada. Um desses indícios é o uso do *Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho como material didático para o ensino da língua escrita. Essa obra foi publicada pela primeira vez, em 1892, seis anos antes da morte do seu autor. Mas, apesar disso, os livros de Felisberto de Carvalho alcançaram uma significativa abrangência no espaço e no tempo. Eles foram largamente utilizados em diferentes regiões do país por um período longo de mais ou menos setenta anos (SILVA, 2009).

Ao se referir ao *Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho, Raimundo Cardoso comenta que “[...] o livro tinha muita história, dando exemplo às crianças [...]” (Raimundo Cardoso, 2018). Cabe registrar que o conteúdo desse livro foi fortemente influenciado pelos manuais escolares franceses e espelha a vontade de difundir nas crianças valores relacionados ao regime republicano que havia sido implantando, no Brasil, em 1889, três anos antes da primeira edição desse material didático. As lições dos livros traziam conteúdos das Ciências Naturais e da Geografia, às vezes, associando-se a uma conotação moral, pois há uma “[...] preocupação não apenas em divulgar principalmente uma imagem de criança caridosa, obediente, aplicada ao estudo e ao trabalho, dedicada à família, mas também em inseri-la em uma corrente nacionalista e patriótica [...]” (VALDEZ, 2005, p. 176).

Outra evidência da continuidade de uma pedagogia tradicional na Escola Rural de Poxica se apresentava no ensino matemático. O procedimento aplicado para a aprendizagem tinha como fundamento a memorização do conteúdo. A repetição e a cópia eram técnicas utilizadas para que estudantes operassem a introjeção do conhecimento (LIBÂNEO, *online*). A tabuada era o recurso didático e exames para testar a memorização das operações matemáticas eram realizados, semanalmente, através de sabinas:

Estudava assim: Ela escrevia no quadro pra gente olhar e escrever no caderno. A gente já tava mais desenvolvida. E tinha um negócio da tabuada. Tinha a sexta-feira, que tinha uma tal de sabinina e tinha que ela [a professora] tomar aquela lição. Perguntava, e se a gente errasse tomava uma palmatória. Aquilo era ruim demais. (Maria Santana, 2018)

A ocorrência de sabinas associadas ao ensino da Matemática na Escola Rural de Poxica, no início da década de 1950, aponta mais uma evidência da sobrevivência de métodos relacionados à pedagogia tradicional. No entanto, é importante dizer que esse processo não estava restrito apenas a esse povoado de Itabaianinha. Algo similar era praticado em outras escolas rurais existentes durante o mesmo período no centro-sul sergipano, de modo que “[...] elementos da escola tradicional, como os processos de memorização, repetição e uso de castigos físicos, estiveram presentes [...], principalmente quando esses se referiam aos primeiros anos do ensino elementar.” (SANTOS, 2016, p. 85). Cabe registrar que a ocorrência de castigos escolares também se verificava em Aracaju, capital do estado de Sergipe, assim como em outras regiões do país (ARAGÃO; FREITAS, 2012; SOUZA, 2006).

Então, técnicas de ensino relacionadas à pedagogia tradicional eram praticadas em escolas primárias construídas, entre 1947 e 1951, no contexto de expansão da rede de ensino rural, em Sergipe, apesar da promessa de inovação na forma de educar. Para Rony Silva (2016, p. 175), as permanências de práticas didático-pedagógicas com matizes tradicionais advinham de uma realidade em que:

Engendrados na cultura empírica, os métodos utilizados pelos(as) professores(as) [...] eram perpassados em parte pelos procedimentos e meios provenientes do período quando foram alfabetizados e que compunham as características da denominada pedagogia tradicional. Neste sentido, com relação à metodologia, os(as) professores(as), que na sua maioria possuíam apenas o ensino primário, ensinavam o que sabiam.

Assim sendo, materializava-se uma contradição entre o que era declarado no discurso oficial do governo estadual e a realidade concreta, tal como ela se apresentava no chão da escola. Em 1953, na mensagem dirigida para a Assembleia Legislativa do estado de Sergipe, o governador estadual confirmava a ausência de uma política efetiva de capacitação para o professorado, afirmando que:

[...] o quadro magisterial, hoje em dia, tem elevado número de professores sem curso completo. Passou-se a contratar pessoas da localidade a que se quer servir, com vantagens, é certo, quanto à fixação do professorado, mas nem sempre quanto à função magisterial propriamente. Tal providência, dentro das realidades sergipanas, vem sendo tomada como meio de remediar maior mal. (SERGIPE, 1953, p. 24 *apud* SANTOS, 2016, p. 132).

Percebe-se que o então governador de Sergipe, José Rollemberg, que esteve à frente da política de expansão de escolas primárias na zona rural no estado, termina por confessar as debilidades existentes na rede de ensino. Um balanço que disso resulta é que, tal política, se avançou no aspecto quantitativo, foi encolhida em sua dimensão qualitativa. O governador endossava a contratação de pessoas sem formação completa para compor o quadro docente, o que, sem dúvida, contribuía para a permanência de formas de ensinar que possuem raízes na pedagogia tradicional, não confirmando, desse modo, promessas e expectativas percebidas como modernizadoras.

Era com essas debilidades que se apresentava a possibilidade de acesso à educação elementar para filhos e filhas de famílias lavradoras, sem que fosse necessário onerar despesas do orçamento doméstico com a contratação de professoras leigas. Esse é um dado da realidade. Mas há outras questões a que convém

compreender sobre esse contexto: Qual era o sentido da escolarização para essas pessoas? Qual a funcionalidade teria o aprendizado da língua escrita, se saberes essenciais para atender às necessidades prementes do cotidiano continuavam sendo transmitidos através da oralidade?

É importante registrar que o saber adquirido na formação escolar não correspondia a um requisito imprescindível ao mundo do trabalho acessível em Itabaianinha no início da década de 1950. “Lá onde nós morávamos, o estudo nem adiantava [...]. Os filhos eram pra trabalhar [na roça] e as mulheres pra ser dona de casa. Era isso o ideal [...]” (Maria Santana, 2018). Nessa afirmação, Maria Santana indica as perspectivas das atividades laborais existentes e os limites que havia para nelas ocorrer a aplicação do saber escolar, e, ao mesmo tempo, identificou a divisão sexual do trabalho vigente, que atribuía funções distintas para homens e mulheres. Essa condição terminava sendo assimilada, como se percebe na sequência do relato de Maria Santana:

Eu achava assim, que ali bastava eu estudar um pouquinho, casar e ter uma casa. Olha a cabeça, ser dona de casa! O que eu queria mesmo era me especializar, era saber costurar, saber bordar, saber fazer um crochê, saber tomar conta de uma casa. (Maria Santana, 2018)

Como pondera Carlo Guinzburg (2006, p. 20) “[...] a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.” Ou seja, o comportamento dos indivíduos não está desligado da sociedade que ele faz parte em uma determinada época. Desse modo, os papéis e as atitudes que são desempenhadas por cada pessoa guardam relações com os valores que estavam historicamente à sua disposição. Porém, esse processo, como metaforiza Guinzburg (2006), corresponde a uma “jaula” flexível e invisível, logo, tais papéis podem ser questionados e reconduzidos a outro patamar. Isso fica perceptível, por exemplo, quando Maria Santana, em um olhar retrospectivo, exclama: “[...] olha a cabeça, ser dona de casa!”, passando a problematizar a percepção que ela compartilhava, quando vivia na zona rural de Itabaianinha, sobre a restrição do trabalho feminino ao espaço doméstico.

Para o universo masculino, na zona rural de Itabaianinha, o mundo do trabalho estava relacionado à integração da força de trabalho da família destinada à produção agrícola e à criação de animais. Para tanto, os saberes necessários eram transmitidos pela oralidade, também no âmbito familiar: “Eu sei tudo da roça, mas não foi pelo colégio que eu participei, foi meu pai que me ensinou [...]”, lembra Raimundo Cardoso que também relata como a atividade produtiva desenvolvida era voltada para a subsistência e a comercialização de uma parcela excedente:

Eu trabalhava já na roça [...], o maior tempo meu era tomando conta dos animais. Plantava milho, fava e mandioca. Era pra vender, comercializava. Dia de sábado, [...] eu ia pra feira de Itabaianinha mais meu pai, mais minha mãe. Então levava uma carga de farinha pra vender. Acabava de vender a carga de farinha, ia fazer as compras pra trazer pra casa. A gente vivia disso. [...] O que mais produzia era farinha. Feijão lá só era o tanto de comer mesmo. Agora o milho se vendia também. Agora, como a produção não era muita, guardava o milho pra dar aos porcos, galinha. Meu pai vendia também cabra, bode, carneiro, ovelha. Cabra e ovelha

vendia para os machantes. Chamava machantes os que compravam pra vender na feira, no mercado de Itabaianinha. (Raimundo Cardoso, 2018)

Nessa descrição, fica posto que os meios de sobrevivência em uma família camponesa, em Itabaianinha, na década de 1950, proviam da agricultura, da criação de animais de pequeno porte e da comercialização da produção excedente. Esse era o universo produtivo ao qual eram integrados os filhos de lavradores, em uma época em que havia limitações para dar prosseguimento aos estudos, pois só existia a oferta do ensino primário no lugar e o mundo do trabalho, em grande medida, estava restrito ao espaço agrícola. Diante disso, segundo Raimundo Cardoso, após a formação escolar primária “[...] não tinha o que fazer mais nada não, era enxada agora aí. A função era a agricultura, ninguém saía, não tinha emprego [...]” (Raimundo Cardoso, 2018). Porém, em que pese o predomínio na zona rural de Itabaianinha dessa condição, os relatos de memória analisados aqui conduzem à identificação de, pelo menos, três demandas cotidianas, exteriores ao universo do trabalho, em que é possível notar a funcionalidade dos saberes aprendidos sobre leitura e escrita.

A primeira dessas demandas era estimulada pela necessidade de escrever e ler cartas correspondidas entre familiares e amigos que estavam vivendo fora do município de Itabaianinha. Cabe registrar que na década de 1950 existia instalada uma agência dos Correios e Telégrafos na área urbana desse município (IBGE, 1959), o que permitia essa modalidade de comunicação entre aqueles que moravam na localidade e os que tinham migrado para outras regiões de Sergipe ou do país.

Essa questão aflora nos relatos de memória de Maria Santana. Ela lembra que o final do ano era um momento em que se ensejava a troca de correspondências: “[...] fim de ano era cartão, meus parentes que foram pro Rio, era carta e cartão. Tirava retrato, mandava. Tinha retrato que vinha também [...]” (Maria Santana, 2018). Raimundo Cardoso, ao comentar sobre o sentido de aprender ler e escrever recorda também que:

É, tinha aquele conhecimento de saber ler uma carta, escrever outra [...]. Os pais que tinham um parente longe fazia uma carta. E fora disso, nada. Não se continuava naquela função da leitura, não. Ficava naquilo que parou. Era saber ler uma carta, escrever outra. O interesse era esse. É somente isso. (Raimundo Cardoso, 2018)

Raimundo Cardoso prossegue recordando que no povoado onde vivia parte da vizinhança não possuía alfabetização, o que trazia limites para que se efetivasse a comunicação, via carta, com amigos e parentes que moravam em locais mais distantes. Nesse contexto, ele aponta o que se apresentava como alternativa:

Minha mãe sabia ler um pouquinho, fazer uma carta. E como lá o lugar onde nos morávamos era muito humilde, minha mãe era os olhos do povo. Se alguém queria fazer uma carta, ia pedir a ela pra fazer uma carta pra mandar para um parente. Os vizinhos todos quando precisavam fazer uma carta iam lá. [...] Quantas vezes chegou gente lá em casa com a carta pra minha mãe ler, [por]que recebeu de outro parente de outro lugar. (Raimundo Cardoso, 2018)

Não foram identificados dados sobre o movimento migratório da população rural de Itabaianinha no período aqui discutido. Mas é possível constatar que houve, a partir da década de 1930, a intensificação da ocorrência do êxodo rural no Nordeste brasileiro. Problemas históricos da estrutura agrária brasileira, como as limitações para o acesso à terra, a fragmentação da propriedade fundiária entre herdeiros, além dos problemas decorrentes dos períodos de seca, estimulavam significativamente o êxodo rural. Na década de 1950, no Brasil, 11 milhões de pessoas, aproximadamente, saíram da zona rural. Metade desse contingente teve origem no Nordeste (TAVARES, 2001). Avaliando dados a partir da década de 1940, percebe-se uma gradativa redução da taxa da população rural no Nordeste: 1940 (76,6%); 1950 (73,6%); e 1960 (66,1%) (RAMALHO, 2008). Em Sergipe, algo equivalente se processou: a taxa de população rural, que em 1950 era de 68,18%, reduziu-se para 60,80 %, em 1960 (MENEZES & VASCONCELOS, 2011). Certamente, era esse quadro demográfico que demandava uma comunicação remota entre quem permanecia na zona rural de Itabaianinha e quem havia se deslocado para outra região. Para tanto, restava como recurso o envio ou o recebimento de cartas e cartões postais, demandando o domínio da linguagem escrita.

Além da necessidade de manter a comunicação à distância, outra questão pontual exigia a necessidade de estar alfabetizado. Tratava-se de uma demanda de natureza política: o exercício do voto nas eleições. Por isso, Maria Santana destaca também que algo parecido acontecia “[...] só mesmo quando tivesse eleição, votar, saber assinar o nome, pronto, acabou [...]” (Maria Santana, 2018). Fazia pouco tempo, desde o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, que se tinha restabelecido o jogo democrático no Brasil. Desse modo, passava a existir uma brecha para parcelas empobrecidas da população, através do uso do voto, participarem do processo político e barganhar políticas governamentais em seu favor. Saber ler e escrever se tornava importante nesse contexto, pois era vetada, pela legislação eleitoral da época, a condição de se tornar eleitor quem não fosse alfabetizado (SOARES, 1973).

Outra demanda em que se necessitava da aptidão para ler o texto escrito estava relacionada à cultura lúdica e à sociabilidade do lugar. Havia a reunião para desfrutar da leitura de romances. Essas reuniões aconteciam no povoado de Riacho da Areia, em Itabaianinha, quando se atendia ao chamado de que “Hoje vai ter um ajuntamento de gente na casa de seu fulano de tal pra ler romance [...]” (Raimundo Cardoso, 2018).

Havia outras ocasiões em que a vizinhança se reunia. A celebração de santos católicos no período junino era uma destas, como lembra Maria Santana: “[...] época de São João, um ia pra casa do outro, ficava na fogueira. [...] A diversão era assim, só os vizinhos [...]” (Maria Santana, 2018). Raimundo Cardoso registra também a ocorrência dos batalhões, espécie de mutirões para o trabalho coletivo na lavoura, como prática da tradição que ensejava a reunião da vizinhança:

A diversão lá na roça era batalhão, meu pai fazia batalhão. [...] Cada dia era na propriedade de um. Fazia o batalhão, todos os vizinhos viam naquele dia pra ali trabalhar, limpava a roça sem pagar trabalhador. Era realmente, digamos assim, uma união dos vizinhos, limpava a

roça todinha, só gastava com cachaça, tinha que ter, e com comida. Matava carneiro, porco, era uma festa. Era um trabalho que eles faziam como uma festa. Chamavam um senhor chamado Pedro de Roque, que era cantador de rojão, para os trabalhador acompanhar na enxada. Rojão é embolada. Ele cantava, os outros trabalhavam. Eu achava aquilo bonito! Porque quando uma bate a enxada no chão, todos batem igual. É, tinha um ritmo mesmo, é no ritmo da música do rojão. E no asseiro da roça uma pipa de cachaça e um rapazinho, só pra despachar. (Raimundo Cardoso, 2018)

Diversão e religiosidade, diversão e trabalho, eram dimensões que estavam amalgamadas nos festejos juninos e nos batalhões. Portanto, a manutenção de expressões de sociabilidade rural, como essas, não dependia do acesso a uma cultura letrada, pois estava relacionada à devoção religiosa e aos afazeres cotidianos na roça, tendo a oralidade como suporte fundamental para a transmissão geracional, conforme aponta Sandro Santana (2017).

Se as festas juninas e os batalhões possuíam alicerces na tradição oral e desvinculação do saber escolar, “cantar romance” previa uma relação com obras literárias registradas através da linguagem escrita. Raimundo Cardoso relembra como se dava esses eventos:

Era uma festa. Aí enchia a casa de gente pra ver aquele outro que sabia mais do que todo mundo, cantar o romance, cantar mesmo! Tinha dois pernambucanos lá que era de primeira. Cantava bonito mesmo. Qualquer romance que eles pegassem, eles cantavam, eram inteligentes. E eram homens, realmente, que ganhavam o dia na roça dos outros. E tinha uns que lia e outros que era cantado, lia cantando, e era bonito, naquele ritmo certo. Às vezes fazia o arroz doce pra quando terminar, cada um pegar um prato de arroz doce, era uma festa (risos), nesse dia se dormia tarde. (Raimundo Cardoso, 2018)

Maria Emília Monteiro Porto (*apud* GONÇALVES, 2018) salienta que a tradição de ler e cantar romances possui origens ibéricas e chegou ao Nordeste brasileiro com a colonização portuguesa. Nessa tradição, “tem sempre um que sabe ler, que conta ou canta, e outro que memoriza e vai repetindo”. A partir do relato de memória de Raimundo Cardoso, é possível constatar a presença dessa tradição na zona rural de Itabaianinha entre o final da década de 1940 e início da década de 1950. Nessa prática de sociabilidade rural, a alfabetização e o conhecimento escolar assume sentido para o cotidiano camponês, fugindo a qualquer previsão dos objetivos postulados pelos pedagogos ruralistas e formuladores da política de expansão da educação rural que teve lugar em Sergipe no período que aqui foi destacado.

Considerações finais

Analisar o processo de escolarização na zona rural de Itabaianinha, na metade do século XX, partindo do caso da Escola Rural de Poxica, permite identificar que o processo educativo não pode ser compreendido apenas a partir dos elementos formais contidos nas teorias pedagógicas, na legislação educacional ou no material didático. O exame das experiências de camponeses e de camponesas traz visibilidade sobre como se aprendia o conhecimento veiculado em seu processo de escolarização e o que dele se fazia, conduzindo, às vezes, esse conhecimento para as demandas práticas que se impunha na

realidade e que não estavam enquadradas nos postulados pedagógicos e nem nos discursos oficiais que lastreavam a política educacional. A família, enquanto instituição, e a oralidade, enquanto linguagem, permaneciam como centrais na transmissão dos saberes relacionados ao trabalho doméstico ou à produção na lavoura, que correspondiam ao universo laboral predominante para mulheres e homens naquele contexto.

Ao mesmo tempo, é possível reconhecer que uma pedagogia pensada por estratos das elites para ser direcionada aos filhos e às filhas de famílias camponesas não rompia com a lógica de manter o *status quo* vigente. Os ricos continuariam ricos. Os pobres continuariam pobres. A tentativa de modernização do ensino rural, proposta para o estado de Sergipe, no final da década de 1940, não rompia com essa lógica de reprodução das desigualdades, pois a expansão do acesso à escola não foi acompanhada de políticas públicas destinadas à superação de problemas estruturais existentes na zona rural, fracassando a tentativa de alçar a escola à condição de instituição redentora do campo nos termos evocados no discurso governamental.

Referências

- ARAGÃO, M.; FREITAS, A. G. de. Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Link: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1648>
- BARRETTO, A. **Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe**. [S.m: S.], 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356581&pesq=Itabaianinha>. Acesso em: 08 set 2018.
- BEZERRA NETO, L. **Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- CARDOSO, Raimundo Morais [82 anos]. Entrevistador: Moisés Leal Morais. Alagoinhas, BA, 30 ago. 2018. (Fonte oral).
- COSTA, S. S. **Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950 – 1972)**. Porto Alegre: PUCRS, 2016. Dissertação de mestrado. 198 fls.
- CUNHA, A. M. Notas iniciais sobre Robert King Hall e as missões culturais norte-americanas no Brasil (1940 – 1950). In: **Boletim Historiar**. São Cristóvão, n.10, 2015.
- DANTAS, B. G. A missão indígena do Geru. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.28. V.1. Aracaju: IHGS, 1982.
- GONÇALVES, J. Família nordestina guardou séculos de romances medievais de mais de 700 anos na memória. **BBC**, Natal, fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42996543>. Acesso em: 17 jun 2020.
- GRAÇA FILHO, A. de A. **História, Região e Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- GROULX, L.-H. Contribuições da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GUINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HISTÓRIA do povoado de Poxica, s.n.t.

- HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográfico e econômico**. Série regional volume XIX. Estado de Sergipe. Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento: Rio de Janeiro, 1956.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume XIX. IBGE: Rio de Janeiro, 1959.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia Tradicional**: Notas introdutórias. [s.l.]: [s.n.], *online*. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Pedagogia%20Tradicional%202012%202.pdf>. Acesso em: 12 jun 2020.
- MENEZES, C. & VASCONCELOS, J. O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana. In: **Revista Espaço Acadêmico**. N.121. Ano XI. Jun 2011.
- PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, Vol. 14, fev. 1997. p.25-39. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod_resource/content/1/PORTELLI%2C%20Alessandro%20%E2%80%93%20O%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf. Acesso em: 06 mai. 2022.
- RAMALHO, H. M. de B. Migração rural-urbana no Brasil: Determinantes, retorno econômico e inserção produtiva. Recife: UFPE, 2008. **Tese** de doutorado. 198fls.
- SANTANA, Maria Olindina Cardoso [79 anos]. Entrevistador: Moisés Leal Morais. Alagoinhas, BA, 6 set. 2018. (**Fonte oral**).
- SANTANA, S. Memória e esquecimento nos cantos de trabalho da Quixabeira. In: **Extraprensa: Cultura e comunicação na América Latina**. São Paulo, Vol. 10, No. 02, 2017. p. 195-209. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/107513/130503/260335>. Acesso em: 06 mai. 2022.
- SANTOS, L. Por uma história vista de baixo: as escolas primárias dos territórios centro e sul do Estado de Sergipe (1930-1960). UNIT: Aracaju –SE, 2016. **Dissertação** de mestrado. 168 fls.
- SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. Zonas de influência comercial no Estado da Bahia. In: TRICART, J. e SANTOS, M. **Estudos de Geografia da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso, 1958.
- SILVA, A. Livros de leitura de Felisberto de Carvalho e Mario da Veiga Cabral: usos e significados. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17., 2009, Campinas. **Anais do 17º COLE**, Campinas, SP: ALB, 2009. Disponível em: <http://www.alb.com.br/portal.html>. Acesso em: 8 jun. 2020.
- SILVA, R. N. Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no Estado de Sergipe (1947-1951). UNIT: Aracaju, 2016. **Dissertação** de mestrado. 187 fls.
- SOARES, G. A. **Sociedade e política no Brasil** (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difel, 1973.
- SOUZA, R. **“Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”**: dispositivos disciplinares em grupos escolares de Belo Horizonte (1925-1955). São Paulo: USP, 2006. Tese de doutorado. 464 fls.
- TAVARES, G. Q. **Migração interna populacional e sua participação no desenvolvimento regional no final do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- VALDEZ, D. Virtudes, instrução e diversão: a infância no Primeiro livro de leitura de Felisberto Carvalho (1892). **Pro-Posições**, Campinas/SP, v. 16, n.1, p. 167-184, 2005.

VIEIRA, Z. P. Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. UESB: Vitória da Conquista, 2017. **Tese** de doutorado. 197f.

Informações do Artigo

Recebido em: 12/07/2022
 Revisado em: 05/09/2022
 Aceito em: 08/10/2022
 Publicado em: 20/11/2022

Conflitos de Interesse: O autor declara não haver quaisquer conflitos de interesse referente a este artigo.

Como citar este artigo

Moraes M. L., (2022). Acesso à educação e os sentidos para a escolarização primária na zona rural de Itabaianinha (SE) em meados do século XX. **Revista Macambira**, 6(1), e061023.
<https://doi.org/10.35642/rm.v6i1.695>

Licença:



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International .

Article Information

Received on: 12/07/2022
 Revised on: 05/09/2022
 Accepted on: 08/10/2022
 Published: 20/11/2022

Conflict of Interest: No reported.

How to cite this article

Moraes M. L., (2022). Access to education and the meanings of primary schooling in the rural area of Itabaianinha (SE) in between century XX. *Revista Macambira*, 6(1), e061023.
<https://doi.org/10.35642/rm.v6i1.695>

License:



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.